



Este artigo está licenciado sob uma licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Você tem direito de:

Compartilhar — copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato.

Adaptar — remixar, transformar, e criar a partir do material para qualquer fim, mesmo que comercial.

De acordo com os termos seguintes:

Atribuição — Você deve dar o **crédito apropriado**, fornecer um link para a licença e **indicar se mudanças foram feitas**. Você deve fazê-lo em qualquer circunstância razoável, mas de maneira alguma que sugira ao licenciante a apoiar você ou o seu uso.

Sem restrições adicionais — Você não pode aplicar termos jurídicos ou medidas de caráter tecnológico que restrinjam legalmente outros de fazerem algo que a licença permita.



This article is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International.

You are free to:

Share — copy and redistribute the material in any medium or format.

Adapt — remix, transform, and build upon the material for any purpose, even commercially.

Under the following terms:

Attribution — You must give **appropriate credit**, provide a link to the license, and **indicate if changes were made**. You may do so in any reasonable manner, but not in any way that suggests the licensor endorses you or your use.

No additional restrictions — You may not apply legal terms or technological measures that legally restrict others from doing anything the license permits.

ISSN 1518-1219

Boletim de Análise de
Conjuntura em Relações
Internacionais

N^{os} 32/33
Março – Abril – 2003



INSTITUTO BRASILEIRO DE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

S U M Á R I O

A GUERRA DE BUSH CONTRA
O IRAQUE

AMADO LUIZ CERVO

O MOMENTO DA VERDADE

CRISTINA SOREANU PECEQUILO

GUERRA DO GOLFO: NOVA ORDEM
OU ANTIGO PROJETO?

VIRGÍLIO CAIXETA ARRAES

ASPECTOS MILITARES DA CAMPANHA

AMERICANA NO IRAQUE

JOÃO FÁBIO BERTONHA

A PNEUMONIA E OS DOIS LADOS DO
ESTREITO DE TAIWAN

PAULO ANTÔNIO PEREIRA PINTO

A ARROGÂNCIA DA HEGEMONIA

ROBERTO DI SENA

A ONU, HUMILHADA, PERDURARÁ

ANA FLÁVIA BARROS PLATIAU

O BRASIL E O FMI:

MEIO SÉCULO DE IDAS E VINDAS

PAULO ROBERTO DE ALMEIDA

A guerra de Bush contra o Iraque

Amado Luiz Cervo*

O pensamento de direita no Brasil interpreta a guerra dos Estados Unidos contra o Iraque como uma campanha em favor das liberdades, como também em favor da expansão da economia de mercado. Portanto, justa e modernizadora.

Uma visão histórica do assunto leva a conclusões muito distintas. A guerra de George W. Bush contra o Iraque reveste-se de três qualificativos: ilegal, imoral e covarde. Certamente muitos presidentes norte-americanos nunca tomariam decisões dessa natureza. A guerra é movida por Bush e um grupo de dirigentes que conseguiram apropriar-se do governo com idéias que têm algum respaldo na opinião americana, mas que não se confundem com os parâmetros da cultura política do país.

Nos dias atuais, uma guerra movida em desrespeito à carta das Nações Unidas é considerada ilegal. A presente guerra em termos de legalidade não difere da guerra movida por Saddam Hussein contra o Kuwait em 1991. A comunidade internacional condenou esta última e a ONU autorizou uma ação de força. Como não existe possibilidade real de agir contra a ilegalidade do poder imperial dos Estados Unidos, a presente ofensa ao direito internacional fica sem punição. O velho argumento de Rui Barbosa, a prevalência do direito sobre a força nas relações internacionais, mais uma vez está sendo encaminhado para o reino da utopia.

A guerra é imoral porque se move por motivos aparentes e enganosos e por motivos reais escusos. Não são as armas de destruição em massa, tampouco a ditadura, ou a liberdade, as razões da guerra, mas os interesses econômicos e estratégicos dos Estados Unidos. Caso aqueles argumentos fossem válidos, guerras estariam sendo movidas pela mesma lógica contra dezenas de países nos dias atuais. As campanhas do passado não avalizam a moralidade da ação externa dos Estados Unidos. Mesmo o envolvimento na aliança contra a Alemanha durante a Segunda Guerra Mundial explica-se, em última instância, por preocupações de segurança própria, tanto é que os Estados Unidos se associaram ao regime comunista para combater um regime totalitário. Essas e outras campanhas do passado, particularmente a ação dos Estados Unidos na América Latina, durante a Guerra Fria, combatendo regimes democráticos e

* Professor titular de História das Relações Internacionais da Universidade de Brasília e Editor da *Revista Brasileira de Política Internacional*.

Guerra do Golfo: nova ordem ou antigo projeto?

Virgílio Caixeta Arraes*

“Let our position be absolutely clear: An attempt by any outside force to gain control of the Persian Gulf regions will be regarded as an assault on the vital interests of the United States of America. And such an assault will be repelled by any means necessary, including military force”

Jimmy Carter¹

Na abordagem da política internacional, faz-se mister a construção de uma hierarquia de forças, cuja validade pode alterar-se com o amplo passar do tempo. Com a progressiva consolidação da interdependência mundial, reforçada com o fim da Guerra Fria, há pouco mais de uma década, a preponderância dos fatores econômicos, associados ao desenvolvimento da sociedade de consumo, no pós-II Guerra, faz com que não só o acesso, mas o controle de determinadas matérias-primas seja primordial ao(s) país(es) que anseia(m) pela manutenção de sua capacidade de liderança ou até mesmo de hegemonia.

Do período multipolar mais recente ao fim do bipolar, o Oriente Médio foi considerado área de influência anglo-saxã, notadamente norte-americana, explicitada pela maciça presença de corporações petrolíferas, que opera(va)m em parceria com vários governos locais. Com a emergência de nova configuração mundial no final do século passado, que facultaria novas perspectivas comerciais, com parceiros diferentes, houve a impressão de que antigas alianças poderiam esmorecer ou serem modificadas, salvo se um acontecimento inesperado ocorresse – novo adversário, que poderia ser vislumbrado em um país ou força transnacional como o terrorismo, por exemplo.

No caso da região, isto teria sido proporcionado pela ruptura diplomática do Iraque com um de seus vizinhos, o Coveite, visando a ampliação de seu território, e, por conseguinte, beneficiar-se da incorporação de substantivas reservas petrolíferas, não obstante ser

proprietário da segunda maior reserva do mundo, e da dilatação de sua faixa litorânea.

Como resultado da intempestiva ação unilateral iraquiana, haveria a formação de uma coligação militar, capitaneada pelos Estados Unidos, sob aval da Organização das Nações Unidas, que consagraria o reestabelecimento da soberania coveitiana, ao mesmo tempo que restringiria a iraquiana, sob invocação da Resolução nº 688/91 da ONU, ao delimitar zonas de exclusão em seu território, sob justificativa de proteção a determinados segmentos da população, fosse étnico, como os curdos, ao norte, fosse religioso, como os xiitas, ao sul.

Assim, a aliança anglo-saxã com os países da região teria sido mantida, ao comprovar a disposição de manter o *status quo* da região. Todavia, a ação por parte dos Estados Unidos, com seu acólito, a Grã-Bretanha, visto sob perspectiva temporal maior, seria mais uma – talvez a mais vistosa – de outras, já esboçadas desde meados dos anos 70, para garantir a sua presença cada vez mais direta na região, fitando um objetivo mais econômico que político: o acesso a jazidas de gás e petróleo. Destarte, a I Guerra do Golfo não iniciou a participação do governo americano na área, mas a cristalizou, de sorte que aquele acontecimento representou mais uma de uma série de significações que remontariam aos anos 70, quando da súbita crise do petróleo, provocada pelas conseqüências políticas da Guerra do Yom Kippur (1973).

* Mestre e doutorando em História das Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (UnB) e professor do Departamento de Relações Internacionais da mesma universidade.

¹ CARTER, Jimmy (23 jan. 1980), Mensagem Presidencial de. *Apud* ISENBERG, David. *The Rapid Deployment Force: the few, the futile, the expendable. Policy Analysis*, v.44, 8 nov 1984. www.cato.org/pubs/pas/pa044.html. Dele, extraíram-se, também, as informações sobre a estratégia militar.

Com o choque, dos três centros principais econômicos do Ocidente – EUA/ Europa Ocidental/ Japão-, apenas os Estados Unidos poderiam absorver parte substantiva do custo, em razão de suas corporações multinacionais do setor petrolífero, ainda que, naquele momento, não se percebesse tão claramente isto, em decorrência das dificuldades militares no Vietnã, do surgimento de movimentos nacionalistas/socialistas no 3º Mundo e da aparente tranquilidade da economia soviética, que podia contar com enormes reservas de petróleo e gás natural descobertas em meados dos anos 60². Desde a Guerra da Coreia, o acesso constante a determinadas matérias-primas já era visto como fator de segurança nacional e, portanto, o petróleo seria naturalmente um dos elementos-chaves.

Em 1979, três acontecimentos importantes influenciariam a política energética internacional: a Revolução Iraniana, em fevereiro, que alijaria do poder um dos mais fiéis aliados dos Estados Unidos, o Xá Reza Pahlevi; os aumentos gradativos do preço do petróleo, que chegaria a 24 dólares o barril em dezembro; a invasão do Afeganistão pela União Soviética no Natal. Ante tudo isto, em janeiro de 80, o Presidente Jimmy Carter, em mensagem ao Congresso, proclamaria, no último ano de sua gestão, que a região seria definitivamente área de influência americana: cunhava-se a Doutrina Carter, inspirada por Zbigniew Brzezinski, Assessor-Chefe do Conselho de Segurança Nacional, que sobrepujava Cyrus Vance, Ministro das Relações Exteriores, de inclinação mais moderada. Sua primeira medida prática seria a criação de uma unidade militar especial – *Rapid Deployment Force* (RDF), que seria transformada, algum tempo depois, na *U.S Central Command* (CENTCOM), cujo raio de atuação se daria da África Oriental até o Afeganistão – talhada para conduzir rapidamente milhares de militares, caso houvesse crise política na região. Somando-se a isso, na gestão Reagan, esboçou-se o estabelecimento de uma aliança anti-

comunista que incluiria, principalmente, Turquia e Arábia Saudita, a qual receberia quantidades maciças de armamentos americanos até o final daquela década.

Todavia, a presença de tropas americanas em território árabe/muçulmano não havia sido aceita. Apenas o sultanato de Omã, a sudeste da Arábia, no oceano Índico, permitia a estocagem de material militar. Mesmo a Arábia Saudita, parceiro próximo dos Estados Unidos, diversificava-se militarmente, buscando outros países como Grã-Bretanha e França. A primeira Guerra do Golfo mudaria a situação, ao estabelecer a presença permanente de tropas ocidentais, especialmente americanas, em países árabes. Uma década depois, a Guerra do Afeganistão, após o atentado terrorista de 11 de setembro de 2001, propiciaria a oportunidade, com rápida vitória militar, para a consolidação do país em antiga área de influência soviética/russa, já incluídas as recém-independentes repúblicas do Uzbequistão e Quirguistão.

No Relatório do Grupo de Desenvolvimento de Política Energética Nacional, há inúmeras recomendações que contemplam literalmente a manutenção de uma política energética global, preconizando sobremodo que o setor seja prioridade comercial e de política externa, de sorte que o Oriente Médio torna-se cada vez mais de suma importância para os interesses do país. Nesse sentido, a recomendação ao governo seria utilizar tanto a diplomacia multilateral – OCDE, OMC e outros – como a bilateral para a liberação aos investimentos externos privados, proporcionando a eliminação de barreiras comerciais³.

Assim, a visualização de longo prazo da política externa americana demonstra que a insistência do governo com determinadas atitudes estaria ‘coerente’ com sua pauta há muito planejada e executada tanto por republicanos como democratas, que, no caso, se diferenciariam apenas na intensidade das ações a serem empreendidas.

² VIZENTINI, Paulo, org. *A grande crise. A nova (des)ordem internacional dos anos 80 aos 90*. Petrópolis: Vozes, 1992, p.12-4. Na época, estas corporações americanas foram vistas, em face do aumento de preço, contra os interesses do seu país. GILPIN, Robert. *The political economy of international relations*. New Jersey, USA: Princeton, 1987, p.244.

³ Strengthening global alliances. Enhancing national energy security and international relationships. In: *Report of the national energy policy development group*, c.8, p.4;18. May 2001 www.whitehouse.gov/energy/Chapter8.pdf